

PANDEMIA E REMEDIAÇÃO DIGITAL: CONVERSA SOBRE A TORÇÃO DOS SENTIDOS

PANDEMIC AND DIGITAL REMEDIATION: A CONVERSATION ABOUT *THE DIGITAL PANDEMIC*

João Pedro Cachopo*

Universidade Nova de Lisboa - NOVA-FCSH

Luciana Molina**

Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes

Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo - SEDU

Vitor Ceí***

Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes

5

RESUMO: O argumento central da obra *A torção dos sentidos: Pandemia e remediação digital* (2021), de João Pedro Cachopo, é que o isolamento social necessário ao combate da pandemia, combinado ao uso de tecnologias digitais para remediar a distância física, apenas ressaltou uma série de questões em torno do uso dessas tecnologias que já estavam presentes anteriormente. Cachopo analisa, então, mudanças nos domínios da arte, do amor, da comunidade, do estudo e da viagem. Salienta-se que, dessa forma, ele se insere em uma longa tradição de pensadores que se dedicaram a discutir a ética a partir da cultura de massa e das novas tecnologias, a exemplo de Benjamin, Adorno e Horkheimer, Guy Debord, Baudrillard, Kittler, Virilio, Jonathan Crary, Umberto Eco, Didi-Huberman, dentre outros. Reproduzimos aqui, na sequência original, uma transcrição revisada da conversa entre João Pedro Cachopo, Luciana Molina Queiroz e Vitor Ceí, que aconteceu no dia 10 de setembro de 2021, em evento denominado “DebatePapo com João Pedro Cachopo - A torção dos sentidos: pandemia e remediação digital”,¹ cuja gravação encontra-se disponível no canal do PPGL-Ufes no YouTube.

PALAVRAS-CHAVE: Pandemia de covid-19. Remediação digital. Filosofia contemporânea.

ABSTRACT: The central argument of *The Digital Pandemic: Imagination in Times of Isolation* (2022), by João Pedro Cachopo, is that the transformation of human experience that began in the pandemic has ushered in a civilizational digital shock that creates a break in our sociality. Cachopo then pinpoints the key themes of love, travel, study, community, and art. It should

* Professor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

** Professora efetiva de língua portuguesa na SEDU-ES e professora substituta no Departamento de Línguas e Letras da Ufes.

***Professor do Departamento de Línguas e Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Ufes.

¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HwZ36w0DhNg>

be noted that, in this way, he is part of a long tradition of thinkers who dedicated themselves to discussing ethics based on mass culture and new technologies, such as Benjamin, Adorno and Horkheimer, Guy Debord, Baudrillard, Kittler, Virilio, Jonathan Crary, Umberto Eco, Didi-Huberman, among others. We reproduce here, in the original sequence, a revised transcription of the conversation between João Pedro Cachopo, Luciana Molina Queiroz, and Vitor Cei, which took place on September 10, 2021, in an event called “DebatePapo com João Pedro Cachopo - A torção dos sentidos: pandemia e remediação digital”, the recording of which is available on the PPGL Ufes’ YouTube channel.

KEYWORDS: COVID-19 pandemic. Digital remediation. Contemporary philosophy.

LM: JOÃO PEDRO CACHOPO NASCEU EM LISBOA, EM 1983. É musicólogo e filósofo. Leciona na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde integra o Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical. É o autor de *Verdade e Enigma: Ensaio sobre o Pensamento Estético de Adorno* (Vendaval, 2013), que recebeu o Prêmio de Primeira Obra do PEN Clube Português em 2014, e coeditou *Estética e política entre as artes* (Edições 70, 2017) e *Rancièrè and Music* (Edinburgh University Press, 2020). Então, João Pedro, passo a palavra para você. Muito obrigada.

JPC: Obrigado pelo convite. É com imenso gosto que participo nesta conversa com a Luciana Molina e o Vitor Cei. Conto que seja sobretudo um debate. Na verdade, estava à espera de que me lançassem desde já uma pergunta. Para introduzir um pouco a conversa, talvez faça sentido retomar a ideia matricial do livro, que pode soar um pouco contraintuitiva: a ideia de que a pandemia não foi em si mesma o acontecimento. Naturalmente, o livro gira em torno da pandemia, mas, logo de início, opera um desvio na argumentação, segundo o qual o verdadeiro acontecimento não é a pandemia, apesar de ter sido precipitado e intensificado por ela, mas a “torção dos sentidos” que dá o título ao livro nas suas edições portuguesa e brasileira. Essa torção dos sentidos tem a ver com uma transformação radical do modo como nos reconhecemos próximos e distantes de tudo o que nos rodeia, estando intimamente relacionada com o uso de tecnologias digitais, nas nossas experiências do amor, do estudo, da viagem, da comunidade e da arte, que são esferas da existência humana que abordo no quinto capítulo.

No fundo, o livro joga-se em dois planos. Um primeiro plano no qual mapeio o

debate sobre a pandemia e procuro marcar uma posição, distanciando-me de outros autores, nomeadamente dos autores que desvalorizam o significado histórico da pandemia enquanto acontecimento civilizacional. Esses autores não desvalorizam a pandemia - é importante sublinhar isto - mas não lhe reconhecem o estatuto de um acontecimento em sentido forte. Entre esses autores estão, por exemplo, Jacques Rancière e Alain Badiou. Depois há outros autores cujos trabalhos foram mais discutidos, desde logo por terem gerado alguma polémica. Alguns revelaram-se otimistas, como, por exemplo, Slavoj Žižek, que levantou a hipótese de que a pandemia prenunciaria o fim do capitalismo (trata-se de uma provocação, que no fundo se resume à ideia de que a pandemia poderia desencadear uma tomada de consciência política em relação às desigualdades no mundo). Uma perspectiva parecida, mas inspirada por preocupações ecológicas ao invés de políticas, foi defendida por Bruno Latour e por alguns outros pensadores na área do pensamento ecológico. Por outro lado, há autores nos antípodas destes que manifestaram um enorme pessimismo. O exemplo paradigmático desta posição é Giorgio Agamben, que viu a pandemia como um acontecimento que viria exacerbar um estado de exceção marcado pela vigilância digital e pelo controle de dados. Portanto, estas três posições - de relativa indiferença, por um lado, e, por outro lado, de não indiferença, realçando a relevância do acontecimento, ora por razões otimistas, ora por razões pessimistas - são as três posições das quais me tento distanciar. E, fazendo isso, ponho a tônica precisamente em que pandemia é um emblema do verdadeiro acontecimento, que tem a ver com o impacto das tecnologias digitais na nossa experiência, na nossa imaginação, no nosso pensamento. Há, portanto, esse segundo plano em que o livro se joga, que é o debate sobre a revolução digital, no qual procuro, por um lado, evitar uma posição catastrofista e tecnofóbica, de repúdio das tecnologias digitais, sem, por outro lado, abraçar de forma acrítica essas tecnologias, adotando a postura contrária de celebração e tecnofilia.

LM: Começarei fazendo um comentário mais geral sobre o livro. A estrutura do seu livro, João, me lembrou um pouco a concepção que muitos têm de um filme como *Psicose*, do Hitchcock. O filme conteria, na verdade, dois filmes, já que

a trama se modifica bruscamente em dado momento, inclusive quanto ao protagonista do filme. E o seu livro começa discutindo os diagnósticos filosóficos da pandemia e depois desloca para especificamente o uso da tecnologia durante a pandemia, mas não só. E é nesse momento em que ele é mais autoral, na minha percepção. E essas mudanças já em marcha, mas que se intensificaram durante a pandemia, é algo que me chamou muita atenção neste momento em que estamos vivendo. Então um elemento que eu considero uma virtude do seu livro e que, a meu ver, está colocado no uso da expressão “remediado”, é que você toma as tecnologias digitais de uma maneira que podemos considerar dialética, sem festejá-las excessivamente e sem condená-las. Trata-se de um remédio que pode ser usado e ter efeitos diferentes dependendo da dose ministrada. E aí você consegue realizar uma espécie de síntese e equilíbrio ao lidar com algumas posições filosóficas que exageraram tanto para um lado muito pessimista quanto para um lado muito otimista da pandemia. Então a primeira questão que me ocorre ao ler o seu livro diz respeito ao filósofo e ao seu papel de intelectual público, porque se, de um lado, há o problema colocado pela pressa de fazer diagnósticos e prognósticos, por outro, a pandemia parece convocar os filósofos para contribuírem com os debates sobre a pandemia e a conjuntura política. Nós vimos todas as sortes de posições sobre a importância do intelectual público neste momento. Houve, inclusive, aqueles que defenderam que não caberia a nós discutirmos o assunto, que deveríamos dar palco para os cientistas em primeiro lugar. Esse tipo de manifestação parece fomentar uma postura cientificista, que é o que norteia a própria pandemia e o cabo de guerra entre os negacionistas da pandemia e os cientificistas. Por outro lado, há aqueles que começaram a glorificar a ciência de uma maneira bastante acrítica também. Então, justamente por isso, a filosofia poderia trazer uma visão mais sofisticada sobre o debate da técnica e da ciência. E o seu livro tem um forte teor autoral que em si mesmo, pelo que eu vejo da filosofia brasileira, é algo que destoa. No Brasil, nós temos o hábito de diferenciar filósofos e historiadores da filosofia, por exemplo. Tenho vários colegas da filosofia que não gostam sequer de se autodenominarem filósofos, porque isso implicaria uma espécie de presunção. No entanto, quando

o presente nos convoca a discuti-lo, não dá para discuti-lo apenas como historiador da filosofia, você tem que ser filósofo. Então eu gostaria que você comentasse um pouco sobre esse papel do filósofo como intelectual público nessa conjuntura.

JPC: Essa é uma questão interessante. Antes de responder à pergunta, gostaria de agradecer os comentários iniciais da Luciana. Acho que tocaste em alguns pontos fundamentais do livro. Nomeadamente essa dupla recusa de uma posição celebratória, por um lado, e de rejeição, por outro lado, das tecnologias digitais. Em relação à pergunta sobre o filósofo enquanto intelectual público, acrescentaria duas coisas que podem parecer paradoxais. A primeira é acentuar que não me parece que o filósofo ou a filósofa tenha, digamos assim, um estatuto especial entre os intelectuais públicos. Ou seja, filósofos, sociólogos, cientistas ou jornalistas estão mais ou menos em pé de igualdade. Qualquer um deles pode, em determinadas circunstâncias, intervir num debate público. Esse é um primeiro ponto que eu gostaria de sublinhar. O segundo ponto, que pode parecer contraditório com o primeiro, é dizer que o filósofo, na medida em que intervém publicamente, deve intervir como filósofo. Por exemplo, em relação à pandemia, deixa-me desconfortável que tantos filósofos se tenham limitado a dizer que a pandemia acentua as desigualdades sociais. Esse facto é muito relevante, é algo que não podemos esquecer quando debatemos a pandemia, mas chamar a atenção para ele é um contributo muito fraco do ponto de vista filosófico. Outro exemplo: o fenómeno das fake news. Com certeza que é necessário combater as fake news, com certeza que é preciso desmontar os mecanismos de adesão às fake news, mas, de novo, não precisamos da filosofia para perceber isso. Na passagem ao debate público, seria importante que a filosofia não se transformasse numa mera câmara de eco de sensatez.... É imprescindível que a filosofia dê um contributo específico, o qual, do meu ponto de vista, passa, muitas vezes, não por tentar dar resposta aos problemas e às perguntas que saltam à vista em determinada circunstância, mas, pelo contrário, por encontrar aquelas perguntas e aqueles problemas que vão, de alguma forma, permitir uma reconceptualização dos próprios dados da situação. Olhar para uma determinada situação por outra perspectiva,

compreender e iluminar os ângulos cegos de uma determinada situação.

VC: Começo elogiando a prosa do João Pedro, que apresenta uma atualização das forças e formas do ensaísmo filosófico em face do presente. É um ensaio teórico e filosófico com estilo literário, e poético em algumas passagens, sem perder o rigor conceitual. Esse é um mérito do livro. Eu não conhecia o conceito de remediação digital e achei muito interessante, porque a percepção generalizada aqui na Ufes, entre professores e estudantes, é que o regime especial de Ensino-Aprendizagem Remoto Temporário e Emergencial de fato provoca uma “torção dos sentidos”. Uma concussão, um torcicolo e uma “promessa de proximidade”, como você disse. Concordo que não faz sentido maldizer essas tecnologias tanto ou mais do que o vírus, porque elas também servem para uma aproximação. Ainda que sejam versões empobrecidas e adulteradas do que é o ensino e a aprendizagem, a experiência estética e a convivência humana. E aqui no Brasil ainda temos um agravante da precariedade material e tecnológica. Muitos alunos não têm computadores e internet residencial. Até mesmo alguns professores se queixaram por não terem equipamento adequado para ensino online. Então, eu sugiro a leitura do livro do João Pedro Cachopo, que nos ajuda a pensar nesses problemas. E eu vou fazer uma pergunta para nós avançarmos na conversa. Gostaria que você comentasse sobre o processo de escrita do livro, considerando duas coisas. A primeira é o estilo do texto, que é ao mesmo tempo teórico e poético. A segunda é o que disse Pedro Duarte, no Prefácio à edição brasileira: “Não foi escrito imediatamente no começo da pandemia, e sim depois de alguns meses, tomando dela já uma pequena distância no tempo.” (DUARTE, 2021, p. 9). Achei curioso ele mencionar a distância no tempo, porque ao menos aqui no Brasil ainda estamos no meio da pandemia. No mês passado morreram mais de 24 mil pessoas no Brasil. Em suma, quando você começou a escrever e como foi o processo de escrita?

JPC: Obrigado, Vitor. Comentarei a escrita do livro em dois momentos, aludindo, em primeiro lugar, à articulação entre o registo teórico e o registo poético e, em segundo lugar, ao processo de escrita. Em relação à articulação

entre o estilo mais teórico e o estilo mais poético, duas notas. Uma mais geral: espero que o meu livro não pareça ter simplesmente uma roupagem poética de um conteúdo teórico. É muito importante salientar a imbricação entre o “que” se diz e o “como” se diz. Adorno, invertendo uma formulação hegeliana, costumava dizer que só o que se expressa bem se concebe bem (e não, como Hegel defendeu, que só o que se concebe bem se expressa bem). O que Adorno quer dizer com isso é que não se trata de, primeiro, conceber de forma teórica, estrutural e rigorosa uma ideia e, depois, expressá-la bem. Trata-se, pelo contrário, de elaborar essa ideia a partir do momento de sua própria expressão. A forma, portanto, é indissociável do conteúdo. Procuro sempre, em tudo o que escrevo, juntar essas duas dimensões, e espero que esse esforço se manifeste neste livro. N’A *Torção dos sentidos*, entrando mais especificamente no livro, diria que há realmente, espero que unido ao aspecto conceitual, um registro poético ou uma dimensão existencial. O facto de teres ficado com essa impressão deixa-me feliz na medida em que me leva a acreditar que talvez eu tenha conseguido aquilo que procurei alcançar com a hipótese teórica do livro: pôr o dedo na ferida. E a ferida, neste caso, não é uma mera crise passageira, mas um acontecimento civilizacional, inseparável do impacto das tecnologias digitais em todos os aspectos da nossa vida, que está a transformar as condições de possibilidades da experiência contemporânea.

Agora em relação à pergunta sobre o processo de escrita... Eu não decidi propriamente escrever um livro sobre a pandemia... O que se passou foi que me senti impelido à escrita pelas circunstâncias, sendo que as primeiras coisas que escrevi, entre março e abril de 2020, foram pequenos textos no Facebook e alguns artigos em revistas e jornais. Foi só em maio de 2020 que senti que tudo o que tinha escrito era atravessado por uma hipótese, que, dada a sua singularidade, valia a pena aprofundar e transformar num livro. Portanto, o livro começou a ser escrito antes de eu decidir escrevê-lo, entre março e abril de 2020, tendo sido terminado em agosto deste ano. Depois foi publicado em Portugal em dezembro de 2020. A versão brasileira, publicada em agosto de 2021, tem algumas alterações em relação à edição portuguesa, mas não são substanciais, com a excepção do belo prefácio do Pedro Duarte.

Pensando nele, gostaria de fazer um último comentário sobre o significado e a importância da distância no tempo. Não é claro que o bom distanciamento filosófico seja um distanciamento passível de ser equiparado a um recuo no espaço ou a uma espera no tempo. Afastar-se ou deixar a poeira assentar antes de refletir.... A meu ver, e nisso eu e o Pedro estamos em total sintonia, não é isso que singulariza a distância filosófica. Pelo contrário, a distância filosófica tem a ver com uma coincidência com o perigo e com a capacidade de encontrar um distanciamento no meio da proximidade: a distância, por outras palavras, sem anular a proximidade e a concomitância, implica um ângulo distinto através do qual se iluminam as sombras do que está a acontecer.

VC: Obrigado. Concordo plenamente com vocês. Os grandes pensadores da história da filosofia pensaram questões urgentes nos momentos deles. Quem fica esperando as coisas assentarem são os acadêmicos, os *scholars*, que depois são esquecidos. Então você começou a pesquisa sobre essa questão das tecnologias digitais antes da pandemia?

JPC: Não propriamente. Ou melhor, já trabalhava sobre a questão digital e os novos media no contexto da minha pesquisa sobre a relação entre as artes, em particular do cinema com a música e a ópera, mas não incidindo de forma global sobre o seu impacto na experiência contemporânea. Nesse sentido, devo à pandemia a motivação para aprofundar estes temas.

LM: Mudando um pouco de tema: um comentário que eu achei muito interessante no texto, ainda na primeira parte do livro, diz respeito ao fato de você ter percebido na comunidade acadêmica brasileira intolerância aos comentários de Agamben relacionando a pandemia com o estado de exceção. E, de fato, conversando com colegas das mais diferentes áreas, mas principalmente de Letras e Filosofia, eu também percebi que houve uma grande impaciência com esse posicionamento. Claro que alguns ficaram com o Agamben até o final, porque ele é um autor bastante popular aqui na academia brasileira. Mas dizer que nós, brasileiros, fomos pouco tolerantes implica também dizer que houve públicos mais tolerantes a essa posição; por exemplo,

talvez na Europa. Então eu queria saber por que você acha que houve mais intolerância no Brasil. Claro que, no Brasil, somos intolerantes porque temos um presidente negacionista, com uma política pública desastrosa... Mas a que se deve a tolerância de outros públicos? Aí eu até emendo com uma espécie de hipótese. Você diria que é simplesmente uma diferença de proporção do desastre ou talvez a Europa seja mais assombrada e mais consciente das ameaças relacionadas ao autoritarismo? Porque o Brasil teve Ditadura Militar, mas um assunto que nós discutimos muito por aqui é como nós elaboramos mal o passado e não conseguimos colocar em uma perspectiva crítica esse passado autoritário de maneira que tenha sido plenamente absorvido no âmbito público.

JPC: Obrigado, Luciana. É uma questão com muitas pontas... No livro, de facto, refiro-me ao erro de Agamben e posiciono-me criticamente em relação à ideia, que ele apresentou logo no início da pandemia, de que a pandemia fosse uma espécie de invenção - um pretexto para apertar os mecanismos de vigilância digital. Ao mesmo tempo, é preciso acrescentar: Agamben dizer que a pandemia é uma invenção não é o mesmo que um negacionista no Brasil, onde a pandemia tem sido conduzida de forma desastrosa, dizer que a pandemia é uma invenção... São contextos e motivações completamente distintos. A questão, em qualquer caso, não é ser a favor ou contra o Agamben. No livro, duas coisas foram para mim importantes: tornar claro, por um lado, o distanciamento em relação à posição de Agamben, mas também, por outro lado, rejeitar a postura diametralmente oposta, que é a de uma espécie de neopositivismo, como se, de repente, a ciência tivesse solução para todos os problemas. E dizer isto não é atacar a ciência. Pelo contrário, é defendê-la. Pois é indispensável sublinhar que a ciência não tem soluções para todos os problemas; não tem nem tinha de ter. E, quando as tem, não as consegue da noite para o dia. Não consegue nem tinha de conseguir. Ela precisa de tempo. E respeitá-la também significa dar-lhe esse tempo. Mas indo agora ao ponto da tua questão, que foi sobre as diferentes percepções no Brasil e em Portugal. Parece-me claro, como tu própria disseste, que uma maior intolerância às teses de Agamben no Brasil é perfeitamente compreensível: afinal, a gestão da

pandemia no Brasil foi desastrosa. Portanto, tudo aquilo que de alguma forma pudesse ser associado a um discurso negacionista era rejeitado. E obviamente, um teórico como Agamben dizer que é uma invenção, com preocupações completamente distintas, mas podendo ser lido de uma determinada forma no contexto brasileiro, gerou celeuma. De facto, a reação no Brasil contrasta bastante com a reação na Europa, mas tem alguns pontos de contato com os Estados Unidos. E não é por acaso, porque, quando a pandemia começou, ainda é Trump que está no Governo. Assim, há uma espécie de sintonia entre o repúdio de Agamben nos Estados Unidos e no Brasil. Na Europa, tudo aconteceu de forma um pouco distinta. E acredito que a hipótese que levantas possa ser uma pista para compreender o motivo: talvez uma preocupação ainda muito forte com o autoritarismo, as suas consequências mais tardias e as manifestações mais sutis explique uma atitude menos desfavorável ao posicionamento de Agamben.

VC: No livro, o João Pedro menciona que a necropolítica durante a pandemia no Brasil foi mais grave do que na Europa e em outros lugares. E pensando no que a Luciana comentou sobre a dificuldade de elaboração do passado no Brasil... há uma longa discussão sobre isso. O fim da ditadura militar foi antecedido pela Lei da Anistia, em 1979, que concedeu o perdão tanto aos ditadores, assassinos e torturadores, quanto aos perseguidos políticos. Os militares não foram punidos, ninguém foi punido. Durante muito tempo foi um tabu falar sobre esse assunto. E, nos últimos, especialmente a partir de 2013, apareceram muitos grupos de extrema-direita fazendo apologia do autoritarismo, da ditadura militar, pedindo uma nova ditadura ou intervenção militar. Esses grupos, que eram considerados excrescências e exceções, foram crescendo e, em 2018, elegeram o Presidente da República. E esse Presidente deixou morrer centenas de milhares de brasileiros porque negou a gravidade da pandemia, não quis comprar vacina, demorou a tomar providências, desestimulou o uso de máscara, o uso de precauções, vendendo remédios que não existem. Eu vejo essa dificuldade de elaborar o passado e de elaborar o próprio presente mesmo, porque eu penso que vão esquecer do que aconteceu e vai ter gente votando nesse presidente de novo. Então, eu não sei mesmo

como foi em Portugal depois que acabou o salazarismo, mas se for comparar com o que aconteceu na Alemanha depois que acabou a Segunda Guerra, teve todo o trabalho da desnazificação. Ainda hoje há essa preocupação com a memória. E o Adorno, um autor que você e a Luciana também estudam, apresentou essa questão da memória, com o imperativo de que o Nazismo não se repita, de que Auschwitz não se repita. E, de alguma forma, está se repetindo aqui no Brasil. E sem qualquer tipo de elaboração. É uma situação muito grave, complicada, desesperadora. Eu acabei não fazendo nenhuma pergunta.

JPC: Não, mas eu posso comentar?

VC: Pode comentar. Depois eu faço a minha pergunta.

JPC: Queria apenas referir que acompanho o que se passa no Brasil e que tenho a noção de que a situação é bastante delicada. Importa não esquecer, como referiste, a não elaboração do passado da ditadura militar, que obstaculiza a reflexão sobre o presente e de alguma forma permite que esses fantasmas permaneçam em estado de latência e reapareçam de tempos em tempos. Apesar de acompanhar a situação, sendo português. não me sinto totalmente à vontade a fazer certos comentários. Esse diagnóstico tem sido feito por vocês há bastante tempo, por várias vozes, como por exemplo o Vladimir Safatle. Em relação à comparação com Portugal, nós também tivemos uma ditadura e a elaboração do passado salazarista não deixa menos a desejar. Portanto, apesar de a gestão da pandemia ter decorrido de forma muito diversa em Portugal e no Brasil, isso não é, do meu ponto de vista, sintoma de uma maior maturidade democrática no que toca à reflexão sobre o passado. Na verdade, os traços desse passado cuja elaboração não foi feita em Portugal estão aí para quem os puder e quiser analisar.

VC: Luciana, se me permite, vou fazer mais uma pergunta e eu devolvo a palavra. Friedrich Nietzsche foi citado duas vezes no livro *A torção dos sentidos*, nas páginas 91 e 120. As citações não se referem ao niilismo, que é um dos conceitos centrais na obra do Nietzsche e também nas minhas pesquisas. O seu livro não trata do niilismo, mas eu gostaria de fazer uma pergunta. Desde o

início da pandemia eu percebi um niilismo aqui no Brasil, isto é, a falta de sentido da vida, a desvalorização da vida, a insignificância da vida e da morte. Um niilismo suicida e um niilismo homicida. As pessoas se aglomerando, sem vacina, sem máscara, sem o cuidado de si e sem o cuidado com o outro. Isso me remete ao “niilismo suicida” mencionado por Nietzsche na terceira dissertação da *Genealogia da moral*. Me remete ao Kirillov, o niilista suicida, do romance *Os Demônios*, de Dostoiévski. E me remete ao niilismo ativo, que proclama a destruição. Eu percebi isso durante a pandemia, esse niilismo. “Vou sair, vou morrer, vou matar os outros. Não importa”. Você percebeu isso? Como você vê essa questão?

JPC: Não sei se concordo, mas vamos por partes. Onde cito eu Nietzsche? Creio que no fim do livro, à entrada do quinto capítulo. No entanto, a passagem de que me recordo, quando penso na dimensão nietzschiana d’A *Torção dos Sentidos*, é uma passagem do primeiro capítulo. É quando me refiro à importância de fazer a pergunta sobre a pergunta. A pergunta sobre a pergunta pode e deve ser a pergunta sobre de onde emerge a pergunta. De que expectativas, de que entusiasmos, de que temores é a pergunta uma manifestação? Estas questões são paradigmaticamente nietzschianas. Tal como é paradigmaticamente nietzschiana a desconfiança pelas perguntas que decorrem do medo.

Em relação à questão do niilismo. Em Nietzsche, o niilismo tem que ver com um diagnóstico do Ocidente, que é também um diagnóstico de uma cultura greco-latina-cristã e do pensamento ocidental desde os gregos até aos nossos dias. Ele conota o esvaziamento de sentido de tudo, uma descrença radical, no limiar do desespero, no mundo. Ao mesmo tempo, é também uma história das formas de ocultar esse desespero e essa descrença. Primeiro, com a crença no além, na vida após a morte, em Deus. Depois, nos tempos do Iluminismo, com a crença no futuro, no progresso, na evolução. Finalmente, segundo Nietzsche, temos a figura do último homem, que prefere querer o nada a não querer nada, associada a Schopenhauer. Só a partir - e para além - desta figura, onde o ressentimento atinge o seu ápice e a possibilidade de transmutação de todos os

valores espreita, se torna possível equacionar a superação do niilismo. Enfim, esta é uma revisão muito sucinta e lacunar do entendimento nietzschiano do niilismo. Ela serve-me, em qualquer caso, para dizer o seguinte: não é, para mim, claro que as noções de niilismo homicida e suicida permitam caracterizar as atitudes que referiste durante a pandemia. E para expressar esta minha dúvida, remeto para aquela imagem de *Assim Falou Zaratustra*, sobre como o camelo se transforma em leão e o leão se transforma em criança, estando o último homem, de alguma forma, entre o leão e a criança. O que me parece claro é que a atitude das pessoas irresponsáveis que são associadas por ti ao niilismo homicida e suicida no contexto da pandemia, têm muito pouco de niilista. Ou melhor: representam um niilismo bem mais tacanho. O problema dessas pessoas não é não acreditarem em nada. Pelo contrário, elas acreditam em demasiadas coisas, estando muito mais próximas da figura do camelo do que da figura do leão, já para não falar nas figuras de transição entre o leão e a criança.

17

Do meu ponto de vista, um desvio conceitual mais promissor para captar essas atitudes passa por convocar algumas ideias de Elias Canetti sobre a questão da massa, da formação e do comportamento da massa. Acho que é mais por aí, por uma análise dos comportamentos de massa, de desejo de pertença a um grupo, que se encontrará uma chave para interpretar estes fenômenos. Isto salvaguardando as devidas diferenças, porque, como também refiro no livro, já não é possível pensar a massa de forma exclusivamente presencial. É preciso ter em conta que hoje a massa se constitui por meios digitais.

LM: Já que você tocou no tema das massas, então, eu vou fazer uma pergunta sobre isso, também unindo com a questão dos riscos do autoritarismo. Quando você discutiu um comentário do Rancière, alertando para o fato de que a pandemia apresentou oportunidades para que os Estados autoritários fiscalizassem e decidissem quem poderia ocupar a rua, esse comentário foi feito em outro ponto do livro, quando você discute as possibilidades de transformação política a partir da pandemia. E eu fiquei com a impressão muito forte de que também nesse âmbito nós não conseguimos pensar a militância, a

práxis, fora do espaço presencial da rua. Ou seja, o diagnóstico seria que só depois da pandemia, com as manifestações presenciais, poderíamos voltar novamente a mostrar a nossa potência de transformação política. Isso é interessante, porque Walter Benjamin, que é um dos autores que orienta a sua discussão, também insiste muito na politização da estética como um recurso da política e que passa pelos novos meios de reprodutibilidade técnica. E aí eu queria saber a sua opinião a respeito do que nós podemos fazer em termos de organização política a partir dos meios digitais.

JPC: Essa é uma questão difícil. Desde logo, parece-me importante sublinhar que é ingênuo, nos tempos que correm, pensar a comunidade ou a massa de forma exclusivamente presencial. Hoje em dia, por exemplo, uma manifestação conta não apenas como movimentação de corpos no espaço público, mas também pelo impacto dessa manifestação nas redes sociais. Agora, isto não resolve o problema, apenas aponta para os dados com os quais precisamos de lidar. E o problema é como pensar a constituição de sujeitos coletivos, nomeadamente sujeitos coletivos politicamente engajados no contexto de uma civilização digital. Não tenho uma resposta pronta para essa questão, mas posso apontar para um momento do debate que me parece importante. Refiro-me à relação entre imaginação e remediação. Toda a comunidade é imaginada. Benedict Anderson, no livro *Comunidades Imaginadas*, põe a tônica nesse aspecto, que me parece fundamental. Ao mesmo tempo, importa não esquecer que a própria imaginação está hoje em dia “remediada”, isto é, condicionada pela tecnologia digital. Há, portanto, esta espécie de duplo condicionamento. Há essa primeira condição que é a imaginação, mas, ao mesmo tempo, a imaginação tem ela própria uma condição, que é a condição do digital. Dito isto, o poder da imaginação é insondável, e os limites que lhe impõe a condição digital não estão dados de antemão nem são imutáveis. Enfim, esta resposta não é bem uma resposta..., o que tem que ver com a dificuldade do problema.

LM: Então eu vou fazer mais uma pergunta. João Pedro, um autor que eu considero muito interessante para discutir alguns dos problemas que você traz, e esse momento em geral, essa aliança entre o isolamento social e o uso de

tecnologias, é o Hans Ulrich Gumbrecht, que você não cita no texto especificamente. Isso não é um demérito, só estou tentando apontar alguns desdobramentos dos assuntos que você traz. E o Gumbrecht insiste bastante na noção de presença em conjunção com o corpo, algo que estaria comprometido com o uso dessas novas tecnologias. Isso também se relaciona ao que Benjamin vai entender como aspecto aurático das obras de arte no momento anterior à reprodutividade técnica que estaria relacionada ao *aqui* e *agora*. Então, por exemplo, o Vitor e eu estamos na mesma cidade, mas em bairros diferentes, espaços diferentes. O *aqui* está comprometido a partir da mediação digital. Alguém pode ver esta gravação de que fazemos parte em outro momento e aí a noção de agora se modifica. E uma coisa que me ocorreu é que talvez o isolamento social tenha proporcionado uma espécie de retorno de nostalgia e até mesmo de saudades da aura. E aí eu queria saber o que lhe parece isso, eu acho que essa questão tem a ver com os temas do distanciamento e da proximidade. Esse assunto me interessa bastante, essa desmaterialização do corpo, digamos assim.

JPC: Esse é um tema muito importante no livro. Mas, para começar, gostaria de confessar as minhas saudades de encontros presenciais. Acho que é um fenômeno bastante generalizado. E é importante e significativo que exista. É ótimo ter a possibilidade de fazer esta conversa com um oceano entre nós, mas sinto falta de encontros ao vivo, seminários, concertos etc. Agora, ter saudades de encontros presenciais não é o mesmo que ter saudades da aura. Mas eu concordo com o que diz. Essas circunstâncias também geraram saudades da aura. Mas as saudades da aura relacionam-se com outra coisa, acho eu. E essa distinção é importante, porque a pandemia também suscitou o retorno de uma desconfiança em relação à tecnologia que é indissociável dessas saudades da aura. Uma coisa é valorizar eventos ao vivo. Outra coisa é entender que as tecnologias digitais comprometem a autenticidade das práticas e das experiências artísticas - o que é um disparate. De resto, há um conjunto de projetos artísticos em que a dimensão da reprodução e a dimensão “ao vivo” estão entrelaçadas. E esse entrelaçamento entre a possibilidade técnica, por um lado, e o caráter presencial, por outro, é um entrelaçamento muito

importante, muito significativo e muito frutuoso para as artes. Então o digital não é uma ameaça para as artes. O que pode ser uma ameaça para as artes é a ideia de que o digital servisse de remédio para a distância. No livro, associo o conceito de remediação a estas novas tecnologias. E ele interessa-me em virtude da sua ambiguidade. Por um lado o termo remediação remete para a ideia de remédio, sugerindo, portanto, que assistir a um espetáculo ou a uma aula *online* “remedeia” o problema de não podermos assistir a esse espetáculo ou a essa aula de forma presencial. Mas a ideia de remediação não tem apenas esse sentido. No contexto dos estudos de *media*, significa também a mediação da mediação. Nesse sentido, a ideia de remediação sintetiza as tecnologias digitais, pois as tecnologias digitais permitem uma convergência e transição fluidas entre diferentes meios: imagem, som e texto. Como disseste, o meu livro tenta evitar duas posturas extremas: a postura do repúdio e a postura da celebração das tecnologias digitais. E como também dizes, ressignifica igualmente o uso. Mas a questão do uso não é apenas uma questão de dose. Não tem que ver com usar um pouco mais ou um pouco menos. Interessa-me sublinhar a dimensão qualitativa do uso. E essa dimensão qualitativa será tão mais interessante e promissora no campo das artes quanto não estiver assente na ideia do remédio ou substituição e assumir que pode estar em jogo outras possibilidades e modalidades de experiência.

LM: Sim. Eu concordo contigo em geral, mas, na verdade, o que eu estava querendo apontar é que, claro, tem várias modalidades de artes que vão ser produzidas já pensadas para esses meios digitais, e aí isso é uma questão à parte. O que me parece que aconteceu é que, por exemplo, as pessoas começaram a sentir falta de ir a uma sala de cinema. Esse exemplo eu acho muito interessante, porque, afinal de contas, Walter Benjamin insiste que o cinema acaba com a reprodutibilidade técnica, mas a partir do momento em que você sente falta desse ritual de ir a uma sala de cinema, você, de novo, resgata uma espécie de aura. É isso que eu estou tentando apontar aqui, que é essa necessidade de você estar presente ali naquele espaço, compartilhando aquele momento com aquelas pessoas e tendo as reações públicas ali coletivas e assim por diante.

JPC: Sem dúvida. A tua intuição, que me parece justa, é que surgiu uma nostalgia pela ida ao cinema... Ora, como sabemos, o cinema é para Benjamin um exemplo paradigmático de arte não-aurática, mas, a partir do momento em que há essa nostalgia pela ida ao cinema, manifestar-se-ia uma espécie de nostalgia da aura, associada à co-presença dos espectadores diante do ecrã. É uma intuição interessante. Por outro lado, poderíamos também perguntar se não existem diferentes “auras”. Naturalmente, o conceito de aura tem que ver com o aqui e o agora da co-presença, mas tem também que ver, segundo Benjamin, com uma espécie de distância, com uma espécie de distância que fomenta o respeito e deferência - assim há auras muito distintas conforme falemos num museu, numa sala de concertos ou numa sala de cinema.

VC: O último capítulo do livro, o capítulo cinco, intitulado “A torção dos sentidos”, fala sobre amor, viagem, estudo, comunidade e arte. Você diz que é uma consideração borgiana, aparentemente aleatória, mas justifica a escolha desses conceitos. Nós já comentamos sobre a questão do estudo, estávamos falando agora sobre a questão da arte. Você avalia o amor, comenta sobre alguns casais que resistiram, sobreviveram à convivência 24 horas por dia, o tempo todo, confinados, e outros que resistiram ao distanciamento. Estavam separados e não conseguiam se reunir. Aqui no Brasil houve um aumento muito grande, em 2020, do número de divórcios. Isso foi notícia em jornais. A questão da viagem, que a pandemia dificultou e dificulta ainda hoje, principalmente a viagem internacional. Só para você comentar um pouco para quem não leu o livro, por que você escolheu essa constelação de amor, viagem, estudo, comunidade, arte, e qual a sua tese sobre isso, apresentando-a para quem não conhece o seu trabalho, como um convite para a leitura do livro *A torção dos sentidos*.

JPC: Obrigado, Vitor. A escolha daqueles “cinco sentidos” é bastante pessoal. Mas nem por isso é arbitrária. Só para contextualizar esse quinto capítulo, recordo a distinção entre percepção e imaginação. Aquilo que está a ser torcido é menos o modo como *percebemos* e mais o modo como *imaginamos* a

distância e a proximidade. Por isso, os cinco sentidos que abordo no quinto capítulo não poderiam ser os cinco sentidos da visão, da audição, do tato, do paladar e do olfato. Dito isto, por que escolhi então estes cinco: a arte, o amor, o estudo, a viagem e a comunidade? Porque são cinco dimensões da experiência humana extremamente sensíveis à proximidade e à distância. O tecido das nossas vivências nesses domínios é o de um permanente oscilar entre momentos de aproximação e momentos de distanciamento. A aproximação e o distanciamento do outro, do amado ou da amada, no caso do amor. O distanciamento e a aproximação de um local remoto. No caso do estudo, do desconhecido. No caso da arte, do enigma, do que não sabemos sobre o mundo e sobre nós mesmos. No caso da comunidade, do outro também, em sentido coletivo. É isso que une esses cinco sentidos. Aquilo que eu tento fazer neste quinto capítulo é pensar aqueles domínios no contexto da pandemia, mas também, de um modo mais geral, à luz do impacto dos meios digitais. Por exemplo, no caso do amor, eu começo com uma ideia muito simples: a pandemia constituiu um desafio para os amantes, mas constituiu um desafio para os amantes de formas muito distintas. Para os amantes que viviam separados, constituiu um empecilho à sua reunião. Para os amantes que viviam juntos, obrigou a uma proximidade sem tréguas. Por um lado, a máxima distância; por outro lado, a máxima proximidade. Este contraste interessa-me porque me permite curto-circuitar a ideia de que as tecnologias digitais nos iludem, criando falsas proximidades. Como é óbvio, o amor depende de momentos de proximidade, mas depende também de momentos de distância.

Defendo, por isso, que o amor é uma arte da boa distância. É uma pulsação entre aproximação e distanciamento. E defendo também, juntando o debate sobre a pandemia com o debate sobre o digital, que um celular é um dispositivo técnico como qualquer outro. Tal como a casa. Em ambos os casos, é fundamental encontrar o melhor ritmo, tanto no espaço, quanto no tempo. A grande ameaça que pesa sobre o amor, no contexto do uso de tecnologias digitais, não é a de criar uma suposta ilusão de proximidade. O verdadeiro perigo, que é independente das tecnologias digitais, e que pode ocorrer sejam quais forem as circunstâncias, é perder de vista que o amor é essa arte da boa

distância.

VC: Muito bom. Obrigado, João Pedro, prazer em te conhecer, um prazer ler o seu livro. Obrigado, Luciana, por promover esse encontro, esse diálogo, esse DebatePapo.

LM: Obrigada, João Pedro. Obrigada, Vitor.

JPC: Obrigado a ambos. Espero que surja oportunidade para uma conversa presencial num futuro próximo.

Referências

CACHOPO, João Pedro. *The Digital Pandemic: imagination in times of isolation*. Trad. Rachael McGill. Londres: Bloomsbury Academic, 2022.

CACHOPO, João Pedro. *A torção dos sentidos: pandemia e remediação digital*. São Paulo: Elefante, 2021.

CACHOPO, João Pedro; NICKLESON, Patrick; STOVER, Chris (orgs.). *Rancière and music*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2020.

CACHOPO, João Pedro; MARQUES, E.; PINTO, F.; ALMEIDA, E. P. (orgs.). *Estética e política entre as artes*. Lisboa: Edições 70, 2017.

CACHOPO, João Pedro. *Verdade e enigma: ensaio sobre o pensamento estético de Adorno*. Lisboa: VendaVal, 2013.

DUARTE, Pedro. Prefácio à edição brasileira. In: CACHOPO, João Pedro. *A torção dos sentidos: pandemia e remediação digital*. São Paulo: Elefante, 2021, p. 9-12.